

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.368 - PR (2019/0300008-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : TGDR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA  
**ADVOGADOS** : ANISIO DOS SANTOS - PR005709  
ISABELLA BEDNARZ CUBAS - PR068588  
AMANDA DE OLIVEIRA MACHADO - PR080469  
**AGRAVADO** : BERTONHA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI  
**ADVOGADO** : MARCOS ANTONIO DA SILVA - PR045468

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por TGDR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

*"APELAÇÕES CÍVEIS E AGRAVO RETIDO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C. C. INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS MATERIAIS RELACIONADA COM CONTRATO DE COMPRA E VENDA E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR DE PASSAGEIROS (SUBEMPREGADA). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DA AUTORA -AGRAVANTE NO TOCANTE AO RECONHECIMENTO DA TEMPESTIVIDADE DA CONTESTAÇÃO E À FALTA DE DECRETAÇÃO DA REVELIA DA RÉ. TERMO INICIAL DA CONTAGEM DO PRAZO PARA DEFESA EMBASADO EM ATO PRÓPRIO DO SERVIÇO JUDICIÁRIO - JUNTADA NO PROCESSO ELETRÔNICO DE CÓPIA DIGITALIZADA DO AVISO DE RECEBIMENTO DA CARTA DE CITAÇÃO ASSINADO PELA RÉ. APRESENTAÇÃO DO MESMO A.R. PELA AUTORA EM MOMENTO ANTERIOR COM PEDIDO DE PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROVIDÊNCIA SEM O CONDÃO DE INFIRMAR A CONSIDERAÇÃO DAQUELE ATO FORMAL NA ESPÉCIE. POSSIBILIDADE DE INDUÇÃO DA RÉ EM ERRO A SER EVITADA. AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. INSURGÊNCIA DA RÉ- APELANTE. DECRETAÇÃO DA RESOLUÇÃO CONTRATUAL E DA DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS. AUSÊNCIA DE TAIS PEDIDOS, QUE SE RESTRINGEM AO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO E À INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. SENTENÇA EXTRA PETITA. NULIDADE. RECONHECIMENTO. CAUSA AINDA NÃO MADURA PARA JULGAMENTO DE MÉRITO. REMESSA DO PROCESSO À ORIGEM. RECURSO DA RÉ PARCIALMENTE PROVIDO. DEMAIS PLEITOS RECURSAIS DA RÉ E RECURSO DE*

*APELAÇÃO DA AUTORA PREJUDICADOS." (e-STJ, fls. 380/381)*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 445/451)

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação dos arts. 231, I e 1.022, do CPC/15 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que (a) negativa de prestação jurisdicional; e, (b) o prazo para apresentação da contestação deve ser contado a partir da juntada do aviso de recebimento pela parte autora, pois houve a leitura da citação em 02/02/2015, conforme certificado.

É o relatório. Decido.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, é incabível a interposição do agravo do agravo em recurso especial contra decisão denegatória de seguimento do recurso especial fundamentada em recurso repetitivo e proferida após a vigência do CPC/2015 (18/3/2016), pois o único recurso cabível é o agravo interno dirigido ao próprio Tribunal de origem, nos termos dos arts. 1.030, § 2º, e 1.042, *caput*, do CPC/2015 (v.g. AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro **Marco Aurélio Bellizze**, **Terceira Turma**, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016; AgInt no AREsp 1.053.970/DF, Rel. Ministro **Raul Araújo**, **Quarta Turma**, julgado em 25/4/2017, DJe 12/5/2017; e AgInt no AREsp 982.074/PR, Rel. **Ministra Maria Thereza de Assis Moura**, **Sexta Turma**, julgado em 25/10/2016, DJe 17/11/2016).

Desse modo, considerando que a decisão agravada publicada em 16/08/2019 (e-STJ, fl.507) **negou seguimento** ao recurso especial com base na conformidade do acórdão recorrido com teses firmadas no julgamento de recursos repetitivos sobre o início do prazo recursal a partir da juntada aos autos do aviso de recebimento, **não é possível o conhecimento do agravo acerca de tal tópico.**

Por fim, a alegação de cabimento do agravo em razão da inadmissibilidade do recurso por violação ao art. 1.022 do CPC/2015, fica prejudicada, por estar atrelada à matéria julgada com base no recurso repetitivo, cuja pretensão recursal de reforma, como visto, não pode ser conhecida.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator